

ADECOAGRO COMMODITIES LTDA.

CNPJ/MF nº 18.268.654/0001-66

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 - (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial				Demonstração do Resultado			
Ativo	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Circulante		3.606.632	100	Passivo e patrimônio líquido		3.171.335	100
Caixa e equivalentes de caixa	4	522.263	100	Circulante		3.116.434	
Contas a receber de clientes	6	67.763		Fornecedores		5.058	
Estoques	7	2.877.499		Partes relacionadas	13	49.843	
Tributos a recuperar	8	103.107		Tributos a recolher	11	3.171.335	
Adiantamento a fornecedores		36.000		Total do passivo		268.831.110	263.192.283
Não circulante		268.395.813	263.192.183	Patrimônio líquido		274.587.250	272.738.807
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	17.338		Capital social	14	42.130	
Investimento em controlada	9.2	267.123.094	263.192.183	Adiantamento para futuro aumento de capital		(5.756.140)	(9.588.654)
Adiantamento a fornecedores		138.000		Prejuízos acumulados		272.002.445	263.192.283
Imobilizado	10	1.117.381		Total do passivo e do patrimônio líquido		272.002.445	263.192.283
Total do ativo		272.002.445	263.192.283				
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido				Demonstração do Resultado Abrangente			
		Capital social	Prejuízos acumulados			2017	2016
						3.832.514	477.598
Em 1º de janeiro de 2016		272.738.807	(10.066.252)	Lucro líquido do exercício		3.832.514	477.598
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	42.130	42.130	Outros componentes do resultado abrangente			
Lucro líquido do exercício		477.598	477.598	Total do resultado abrangente do exercício		3.832.514	477.598
Em 31 de dezembro de 2016		272.738.807	(9.588.654)				
Aumento de capital	14	1.848.443	(42.130)				
Lucro líquido do exercício		3.832.514	3.832.514				
Em 31 de dezembro de 2017		274.587.250	(5.756.140)				
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais				Demonstração do Resultado			
1. Informações gerais: 1.1 Atividades operacionais: A Adecoagro Commodities Ltda. ("Empresa") está sediada na cidade de Monte Belo - MG, e tem como atividade preponderante a comercialização, beneficiamento, importação e exportação de produtos, de subprodutos e de resíduos resultantes das atividades agrícolas, pecuárias, agroindustriais e pastorais, ou necessários a seu desenvolvimento. Em 2017, a Empresa iniciou a operação de arroz, realizando o beneficiamento e comercialização do produto. A planta industrial tem capacidade de produção e armazenamento instalada para 1.200 toneladas de arroz. 1.2 Grupo Adecoagro: O Grupo Adecoagro (o "Grupo") é um dos principais produtores de alimentos e energia renovável da América do Sul. Está presente na Argentina, Brasil e Uruguai com atividades relacionadas à produção de grãos, arroz, oleaginosas, laticínios, açúcar, etanol, em terras próprias e de parceria, além da cogeração de energia elétrica. No Brasil, suas operações compreendem a produção de etanol, açúcar, energia elétrica, soja e milho nos estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Tocantins e Bahia e está representado pelas seguintes empresas: Adecoagro Brasil Participações S.A. (Controladora do Grupo), Adeco Agropecuária Brasil Ltda., Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. (Holding operacional), Usina Monte Alegre Ltda., Adecoagro Commodities Ltda., Adecoagro Energia Ltda. Essas empresas compartilham as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais, cujos valores são objeto de rateio. O Grupo é controlado por companhia de capital aberto na Bolsa de Valores de Nova Iorque, a Adecoagro S.A. 2. Resumo das principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. 2.1 Base de Apresentação: As demonstrações financeiras individuais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação das demonstrações financeiras individuais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação de suas políticas contábeis. As presentes demonstrações financeiras referem-se a uma entidade individual. Um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas da Adecoagro Brasil Participações S.A. e suas controladas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, está sendo apresentado em 28 de março de 2018, considerando que as demonstrações financeiras consolidadas refletem a posição financeira e patrimonial do Grupo Adecoagro. O Grupo Adecoagro apresenta demonstrações financeiras consolidadas das seguintes entidades: Adecoagro Brasil Participações S.A. (Controladora do Grupo no Brasil); Adeco Agropecuária Brasil Ltda.; Adecoagro Vale do Ivinhema S.A. (Holding operacional); Usina Monte Alegre Ltda.; Adecoagro Commodities Ltda. 2.2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais: As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela administração da Empresa em 28 de março de 2018. 2.3 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Empresa e, também a sua moeda de apresentação. (b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. 2.4 Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. 2.5 Outros ativos e passivos circulante e não circulante: Os outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Os outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas. 2.6 Ativos financeiros: 2.6.1 Classificação: A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. (a) Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante) (Nota 5.1). 2.6.2 Reconhecimento e mensuração: Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras". 2.6.3 Impairment de ativos financeiros: Ativos mensurados ao custo amortizado: A Empresa avalia no final de cada encerramento de exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (<i>impairment</i>). Os prejuízos de <i>impairment</i> são reconhecidos somente se há evidência objetiva de <i>impairment</i> como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por <i>impairment</i> , resumem-se na identificação de dificuldade financeira relevante do devedor, quebra de contrato e inadimplência. Se, num período subsequente, o valor da perda por <i>impairment</i> diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o <i>impairment</i> ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por <i>impairment</i> reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. A Empresa não identificou evidência de <i>impairment</i> para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. 2.7 Impairment de ativos não financeiros: Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de <i>impairment</i> sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por <i>impairment</i> é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do <i>impairment</i> , os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). 2.8 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor: CPC 47 - Receita de contratos com clientes: a norma traz os princípios para determinar a mensuração e reconhecimento da receita. Baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o CPC 17 - "Contratos de construção", CPC 30 - "Receitas", CPC 48 - "Instrumentos financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Foi publicada em dezembro de 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no CPC 38. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de <i>impairment</i> para ativos financeiros; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Companhia e suas controladas desenvolveram estudos sobre seus portfólios de instrumentos financeiros (CPC 47) e em seus contratos com clientes (CPC 48) baseados nas suas características. Estas avaliações foram realizadas a partir de dados conhecidos atualmente e podem sofrer alteração com o surgimento de novos dados ao longo da adoção em 2018. A Administração avaliou que não são esperados nenhum impacto significativo para essas normas. CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil: nesta revisão da norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa norma para determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente							